



Cidadania, participação e empoderamento em jovens institucionalizados

Carlota B. Teixeira

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação & Faculdade de Economia Universidade do Porto
carlota.f.teixeira@gmail.com

Cidália Queiroz

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação & Faculdade de Economia Universidade do Porto

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação & Faculdade de Economia Universidade do Porto
imenezes@fpce.up.pt

Vários estudos refletem sobre o desencanto das novas gerações com a política e a participação social (Fieldhouse, 2007; Magalhães & Moral, 2008; Magalhães, 2009). No caso de outros grupos, que se situam “à margem” da cultura dominante, os estudos são ainda escassos, como é o caso das crianças e jovens institucionalizados (Delgado, 2006; Martins, 2004). Importa, pois, compreender até que ponto a intervenção do Estado na proteção destas crianças, materializada em instituições de acolhimento, se constitui como um efetivo ambiente de (re)socialização, de empoderamento e de cidadania para estas crianças. Assim, a par dos direitos de proteção e de provisão, os direitos de participação têm de ser consistentemente investidos (Freeman, 1992). Nesta perspetiva, e assumindo o paradigma da criança participativa (Heron, 1996), o trabalho que aqui se apresenta, e que representa uma etapa de um estudo mais alargado subordinado ao tema central da participação e do empoderamento em crianças institucionalizadas, pretendeu constituir as crianças e jovens como investigadores. Recorremos, para tal, ao perfil comunitário, ferramenta que permite operacionalizar estes pressupostos (Hawtin, Hughes & Percy-Smith, 1998). Assim, apresentado o tema central ao grupo dos utentes de um Lar de Infância e Juventude – A participação e a tomada de decisão nas atividades do quotidiano da casa - foi-lhes dada a oportunidade de selecionarem os temas que, do seu ponto de vista, seria pertinente serem explorados. O que nos propomos apresentar neste congresso são, precisamente, os resultados de cada um destes (cinco) grupos de trabalho, com a apresentação de seis posters, um englobante deste processo e um construído por cada um destes grupos de pesquisa. Pretendemos, assim, reforçar a investigação como um processo, em si mesmo, de participação e de empoderamento, como defende Menezes (2010), e na linha de vários estudos (Fetterman & Wandersman, 2005; France, 2000; Guba e Lincoln, 1989; Unger, Park, Antal, Tressel, Rigney *et al.*, 2000).

Palavras-chave: instituições de acolhimento, participação, empoderamento.

Introdução

As instituições de acolhimento assumiram ao longo dos tempos diferentes formatos conforme a sua utilidade social percebida, largamente devedora às ideologias dominantes em cada período e contexto sociocultural, e às representações sociais sobre a infância (Martins, 2004). Estes ambientes têm de se constituir como verdadeiros ambientes de (re)socialização primária, onde a criança possa (re)elaborar disposições internas que lhe permitam aceder à autonomia, à participação, ao pleno exercício da cidadania.

Protagonistas de trajetórias biográficas marcadas pela rutura e pela origem social e, muito em particular, por certas sub culturas e disposições que podem configurar-se como reais obstáculos a uma adaptação às instituições da socialização secundária, têm de ser consistentemente investidas para (re)integrarem normas e valores da cultura dominante. Assim, a par dos direitos de proteção e de provisão, os direitos de participação têm de ser consistentemente investidos (Freeman, 1992). Ou seja, a criança tem de ter voz, de ser coconstrutora do seu quotidiano e do seu destino. Vários estudos têm-se recentemente debruçado sobre a compreensão das crianças acerca do funcionamento de diferentes domínios da sociedade demonstrando que, desde muito novas, elas desenvolvem competências e capacidades para refletir e agir criticamente nos contextos em que se inserem. Mas o empoderamento pessoal não é uma característica fixa, que ou se tem ou não se tem, como refere Zimmerman (1995). Por isso, têm de se criar oportunidades para que as crianças e jovens institucionalizados desenvolvam competências de participação, ou seja, será necessário, antes de mais, desafiar “*Os efeitos conjugados da uniformização, paternalismo, desapossamento e colonização (que) resultam(ram) da ação de múltiplas instâncias reguladoras*” (Sarmiento, Tomás e Soares, 2004, p. 1), para afrontar o estatuto minoritário que tradicionalmente lhes é atribuído.

(Re)inventar a cidadania

Os jovens constituem, atualmente, e segundo vários estudos (Dayrell e Carrano, 2002; Lauritzen, Forbrig e Hoskins, 2004; Pais, 2005), um dos grupos que parecem mais desencantados com as instituições e com os modos tradicionais da participação política

A participação juvenil assume, contudo, contornos diferentes, por vezes constituindo-se, mesmo, como manifestações de rebeldia perante formas institucionais de repressão da individualidade (Muggleton, citado por, Pais, 2005).

As culturas juvenis não são, contudo, apenas culturas de resistência (Haenfler, 2004; Pais, 2005), são formas de reivindicação de uma existência nem sempre objeto de reconhecimento social. Perante a indiferença de uma sociedade que parece desprezar as suas opiniões, necessidades e anseios, que não lhes dá palco para a expressão da sua individualidade, os jovens (re)criam esses palcos, unem-se em movimentos de defesa do meio ambiente, de defesa dos direitos dos animais, de contestação à supremacia das potências económicas, etc. Usam espaços tradicionalmente ausentes da participação cívica instituída, como a blogosfera, o corpo, a cidade. Num mundo caracterizado por uma generalidade crise de desafetação política, os jovens (re)encontram formas de participar, de construir identidades, que ultrapassam o instituído sem, contudo, negarem ou desistirem do seu direito de se fazer ouvir, de lutar pelos seus interesses e direitos, “obrigando”, mesmo, a sociedade a enfrentar novos desafios e encontrar novas estratégias para os solucionar (Menezes, 2003; Morales, 2005).

Os jovens institucionalizados

Se, como vimos, as formas de exercício do poder e da cidadania colocam tantos desafios / obstáculos nas sociedades contemporâneas, em particular aos jovens que, procurando novos palcos de afiliação, recriam os conceitos de participação, de empoderamento e de cidadania, como lidarão os jovens “na margem”, aqueles que, por



razões de ordem diversa, se encontram, à partida, “excluídos”, simbolicamente “desvalorizados”, rotulados de “diferentes” e “incapazes”, com esta realidade?

Como refere Goffman (1975), a forma como avaliamos determinados grupos e indivíduos resulta dum longo processo de aprendizagem e a organização social, que assenta em processos de catalogação, coloca os indivíduos, de acordo com as normas e valores vigentes, em determinadas categorias, criando sobre eles imagens e expectativas de acordo com essa classificação. Por seu lado, Berger e Luckman (1999) defendem que, no processo de identificação ao outro são acionados processos e categorias classificatórias que servem para delimitar posições na hierarquia social, categorias essas que se transmitem intergeracionalmente, embora sejam suscetíveis de reelaboração no curso da socialização secundária. A posição na estrutura social define sempre um determinado estatuto social, equivalente a um modo de vida específico, a práticas culturais e a um habitus particulares que caracteriza as afiliações predominantes do indivíduo.

Uma criança socializada numa dada família ou contexto é, assim, “naturalmente” portadora de uma projeção simbólica particular, em que o tempo está marcado por uma série de deslocações no seu tratamento e conduta esperada.

Desta forma, produz-se uma distribuição desigual de imagens, do conhecimento, das oportunidades e dos recursos, que afeta os direitos de participação, de inclusão e de reforço individual em função da origem social (Boavida, 1998).

Os jovens institucionalizados, para além das classificações e estereótipos que a sua origem social e as suas vivências e aprendizagens precoces determinam congregam ainda, outras dificuldades no que à participação, ao empoderamento e à cidadania diz respeito. Desde logo, porque a socialização primária e as práticas parentais influenciam decisivamente estas trajetórias mais ou menos (in)/(ex)clusivas. Não será de estranhar, portanto, que posam apresentar maiores dificuldades nos contextos de socialização secundária, reforçando o preconceito que se tem destes jovens como conflituosos e problemáticos (Shannon 2006), e aumentando ainda mais as dificuldades de acederem a contextos de participação mais alargados e inclusivos. Importa referir, contudo, que muitos destes jovens, se tiverem a oportunidade de encontrar contextos gratificantes e ricos de experiências (cognitivas, emocionais, relacionais), conseguem tornar-se adultos autónomos, ativamente envolvidos no exercício do poder e de uma cidadania responsável (Connolly e Tommasello, 1992; Ungar, 2001). De facto, a resiliência constrói-se a partir de circunstâncias adversas, e muitos indivíduos conseguem fortalecer-se a partir delas (Beardslee, 1989).

Nesta perspetiva, valerá a pena reforçar que as (des)oportunidades que a instituição lhe proporcionar dependerá, em larga medida, a sua organização enquanto pessoa e cidadão. E questionar como promove práticas quotidianas de participação, de tomada de decisão, de empoderamento, como instrumentos de inclusão.

A investigação

Criar oportunidades de socialização diversificadas, promover experiências e vivências multifacetadas é, sem dúvida, tarefa importante para o desenvolvimento de qualquer criança ou jovem e mais ainda quando falamos de crianças e jovens institucionalizados, com trajetos biográficos marcados por ruturas e perdas difíceis de reparar.



A instituição onde o nosso estudo foi desenvolvido parece ter esta consciência muito presente. De facto, mobiliza todas as oportunidades, todas as respostas e possibilidades, para proporcionar a estas crianças o maior leque possível de experiências, de vivências que possam (ainda) compensar eventuais falhas na sua estruturação enquanto indivíduos e enquanto cidadãos.

Contudo, a investigação demonstra também que, para a construção de cidadãos reflexivos, não basta o conhecimento e o envolvimento em oportunidades de exercício dos direitos e dos deveres (Benedicto e Morán, 2002; Teixeira e Menezes, 2005). É necessário, também, analisar a compreensão que os jovens cidadãos, enquanto atores deste processo, têm acerca do seu papel na sociedade e o impacto que as suas opiniões têm na transformação social e política (Emler e Frazer, 1999; Biesta e Lawy, 2006). Por esta razão, entendemos como imperativo que um estudo que pretende analisar as políticas e práticas de proteção à infância envolvesse diretamente os menores na mesma.

De facto, é hoje amplamente reconhecido que as crianças são parte da subcultura da infância, o que lhes confere uma perspetiva crítica única de “insider” para compreender o seu mundo. As crianças questionam e questionam-se de forma diferente dos adultos porque observam com olhos diferentes, fazem perguntas diferentes e comunicam de diferentes formas. É também amplamente reconhecido que, desde muito cedo, as crianças desenvolvem competências políticas, refletindo sobre o mundo, sobre os seus direitos, sobre política, etc. e mostrando que, quando ouvidas, as suas vozes podem fornecer importantes contributos para o desenvolvimento e ajustamento de políticas sociais.

Metodologia

Considerando que “A infância é simultaneamente o espaço cultural no qual as crianças aprendem, não somente aquilo que são, mas também o que não são e o que serão” (James, 1993, p. 29), interessava-nos compreender como se organizam e desenvolvem mais ou menos autonomamente estratégias de resolução de problemas (neste caso, como levariam a cabo as metas de investigação a que cada grupo se propôs). Ou seja, compreender como se espelham as (des)aprendizagens que os seus percursos biográficos origina(ra)m relativamente à participação e à tomada de decisão, utilizando uma situação onde podem emergir traduções concretas das competências adquiridas neste domínio: o perfil comunitário.

Nesta perspetiva, e assumindo o paradigma da criança participativa (Heron, 1996), o trabalho que aqui se apresenta, e que representa uma etapa de um estudo mais alargado subordinado ao tema central da participação e do empoderamento em crianças institucionalizadas, pretendeu constituir as crianças e jovens como investigadores. Recorremos, para tal, ao perfil comunitário, ferramenta que permite operacionalizar estes pressupostos, envolvendo ativamente as pessoas ou grupos-alvo na identificação de oportunidades e barreiras à participação cívica e política na comunidade. Citando Hawtin, Hughes e Percy-Smith (1998), “permite obter uma descrição das necessidades e recursos de uma comunidade através de um processo que implica o envolvimento ativo da própria comunidade” (p. 5).

Assim, apresentado o tema central ao grupo dos utentes de um Lar de Infância e Juventude – A participação e a tomada de decisão nas atividades do quotidiano da casa - foi-lhes dada a oportunidade de identificarem e selecionarem os temas que, do seu ponto de vista, seria pertinente serem explorados, auto-organizarem-se, livremente, em grupos e



desenvolverem a respetiva pesquisa, cada grupo escolhendo a metodologia, desenvolvendo os instrumentos de técnicas de recolha e análise de informação, bem como de discussão e apresentação dos resultados. Apresentamos aqui os resultados de cada um destes (cinco) grupos de trabalho, com a apresentação de seis posters, um englobante deste processo e um construído por cada um destes grupos de pesquisa. Pretendemos, assim, reforçar a investigação como um processo, em si mesmo, de participação e de empoderamento, como defende Menezes (2010), e na linha de vários estudos (Fetterman e Wandersman, 2005; France, 2000; Guba e Lincoln, 1989; Unger, Park, Antal, Tressel, Rigney et al., 2000).

Perfil comunitário

Como defende Menezes (2012), e na linha de vários estudos (Fetterman e Wandersman, 2005; France, 2000; Guba e Lincoln, 1989; Unger, Park, Antal, Tressel, Rigney et al., 2000), a evolução atual das perspetivas de elaboração, implementação e avaliação do impacto das intervenções tende a considerar o envolvimento dos grupos alvo como um processo, em si mesmo, de participação e de empoderamento.

O perfil comunitário é uma ferramenta que permite operacionalizar estes pressupostos, envolvendo ativamente as pessoas ou grupos-alvo na identificação de oportunidades e barreiras à participação cívica e política na comunidade. Trata-se, pois, de identificar não apenas constrangimentos e fragilidades, mas também potencialidades, o que poderá constituir-se como um fator de valorização dos recursos existentes e, até, contrariar estereótipos que, muitas vezes, têm efeitos negativos para os indivíduos, para as instituições e para a comunidade.

Apresentado o tema central da investigação – a participação e a tomada de decisão num Lar de Infância e Juventude – o grande grupo, num total de 30 crianças e jovens com idades entre os 6 e os 19 anos, sugeriu temas que consideravam relevantes aprofundar, acabando por optar por cinco temas consensualizados pelo grupo.

Na etapa seguinte, procedeu-se à constituição dos grupos, tentando-se, tanto quanto possível, que fossem eles próprios a organizarem-se. É curioso que, se no início tínhamos algum receio que os grupos ficassem muito díspares, no dia seguinte percebemos rearranjos feitos pelos próprios, equilibrando, por exemplo, a integração dos mais pequenos e os dois jovens surdos, de forma a que não “caíssem” no mesmo grupo. Todo este processo, bem como o da eleição dos temas, foi negociado e pacífico, as crianças e jovens empenharam-se ativamente no processo e deram, desde logo, mostras de que as situações de negociação fazem parte da sua vida diária, nos diferentes contextos e também, por força da própria dinâmica organizacional, da instituição onde residem.

Ficaram, assim, identificados cinco temas de trabalho, cada um deles para um dos grupos constituídos:

- As Diferença de Género vividas nos Lares de Infância e Juventude
- Caracterização dos Lares de Infância e Juventude: O passado, o presente e o futuro
- A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (LPCJ): Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro
- A Participação e Tomada de Decisão nas Atividades da Vida Diária em Crianças e Jovens Institucionalizados: O caso de um Lar de Infância e Juventude
- Discriminação das Crianças e Jovens Residentes em Lar de Infância e Juventude (LIJ)



Cada grupo optou, então, pela metodologia a utilizar, desenvolveu os instrumentos de pesquisa, procedeu à recolha, análise e discussão dos dados e, finalmente, sintetizou este trabalho nos posters agora apresentados e que poderão da uma perspetiva do que foi realizado.

Conclusão

As perspetivas do público-alvo complementam, de facto, e de forma muito visível, as do investigador.

Quando as crianças e os jovens têm voz, trazem à agenda política questões que o olhar do adulto esquece, porque ignora.

Os processos de intervenção podem, e devem, ser processos de empoderamento.

E no caso aqui apresentado, e cuja avaliação do impacto constitui a etapa seguinte deste estudo, isto é já visível. As reflexões que cada grupo foi fazendo vão muito para além do tema que trabalharam, atravessam as suas vidas, as suas histórias e, nalguns casos, permitem voltar atrás e reelaborar os seus trajetos biográficos.

E abrem janelas de compreensão da realidade (neste caso, da vivência institucional) e de intervenção que merecem a nossa tenção, de todos, enquanto cidadãos, e dos decisores políticos em particular, já que as políticas e as práticas revelam, apesar da inegável evolução positiva, desfasamentos significativos.

Referências bibliográficas

Beardslee, William R. (1989). The role of self-understanding in resilient individuals. *American Journal of Orthopsychiatry*, 59(2), 266-278.

Benedicto, Jorge & Moran, María Luz. (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales/ Instituto de la Juventud.

Berger, Peter & Luckman, Thomas (1999). *A Construção social da realidade: Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.

Biesta, Gert & Lawy, Robert, (2006). From teaching citizenship to learning democracy: overcoming individualism in research, policy and practice. *Cambridge Journal of Education*, 36(1), 63-79.

Boavida, João (1998). *Educação: Objectivo e subjectivo - para uma teoria do itinerário educativo*. Porto: Porto Editora.

Delgado, Paulo (2006). *Os Direitos da Criança – da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Emler, Nicholas & Frazer, Elizabeth (1999). Politics: the education effect. *Oxford Review of Education*, 25, 251-273.

Fieldhouse, Edward, Tranmer, Mark, & Russell, Andrew (2007). Something about young people or something about elections? Electoral participation of young people in Europe: Evidence from a multilevel analysis of the European Social Survey. *European Journal of Political Research*, 46(6), 797-822.



- Freeman, Michael (2000). The future of children's rights. *Children & Society*, 14(4), 277-293.
- Goffman, Erving (1975). *Stigmaté*. Paris: Minuit.
- Guba, Egon G. & Lincoln, Yvonna S. (1989). *Fourth generation evaluation*. 2nd ed. Newbury Park: Sage.
- Haenfler, Ross (2004). Rethinking subcultural resistance: Core values of the straight edge movement. *Journal of Contemporary Ethnography*, 33(1), 406-436.
- Hawtin, Murray, Hughes, Geraint & Percy-Smith, Janie (1998). *Community profiling. Auditing social needs*. Berkshire, UK: Open University Press.
- Heron, John (1996). *Co-operative inquiry: research into the human condition*. London: Sage.
- James, Allison (1993). *Childhood Identities: Self and Social relationships in the experience of the child*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Lauritzen, Peter, Forbrig, Joerg & Hoskins, Bryony (2004). *What About Youth Political Participation?* Estrasburgo: Éditions du Conseil de l'Europe.
- Magalhães, Pedro & Sanz Moral, Jesus (2008). *Os jovens e a política. Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de opinião da universidade católica Portuguesa*. Disponível em http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf.
- Martins, Paula (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: Representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento não Publicada. Instituto de estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Menezes, Isabel (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2(3), 430-445.
- Menezes, Isabel & Ferreira, Pedro (Orgs.). (2012). *Educação para a cidadania participatória em sociedades em transição: uma visão europeia, ibérica e nacional para a cidadania em contexto escolar*. Porto: CIIE – FPCEUP.
- Morales, Laura (2005). Existe una crisis participativa? La evolución de la participación política y el asociacionismo en España. *Revista Española de Ciencia Política*, 13, 51-87.
- Pais, José Machado (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.
- Sarmiento, Manuel Jacinto & Soares, Natália Fernandes (2004). Os múltiplos trabalhos da infância. In João Formosinho (Org.), *A criança na sociedade contemporânea* (pp. 63-96). Lisboa: Universidade Aberta.
- Teixeira, Pedro & Menezes, Isabel (2005). Learning climate in higher education: implications for citizenship education. In Isabel Menezes, Joaquim L. Coimbra & Bártoolo P. Campos (Eds.), *The affective dimension of education: European perspectives*. 175-184. Porto: Centro de Psicologia.
- Ungar, M. (2001). The social construction of resilience among problem youth in out-of-home placement: A study of health-enhancing deviance. *Child and Youth Care Forum*, 30(3), 137-154.



Ungar, M. (2001). Constructing narratives of resilience with high-risk youth. *Journal of Systemic Therapies*, 20(2), 58-73.

Unger, Donald G., Park, Elizabeth A., Antal, Peter, Tressell, Patricia A., Rigney, Kellie, DeRasmo, Karen, Kassess, Joanne (2000). Serving children with special social and emotional needs: A practical approach to evaluation prevention programs in schools and communities settings. *Journal of Educational and Psychological Consultation*, 11(2), 273-296.

Zimmerman, Marc A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), 581-599.

